

## Letramento racial: da emergência de uma formulação

**BÁRBARA DANIELLE MORAIS VIEIRA\***

**Resumo:** A partir de um gesto que investiga os contornos e significados que os antirracismos adquirem na contemporaneidade e que problematiza a atuação de sujeitos brancos nesse campo, o artigo explora as definições e especulações acerca de um “letramento racial crítico e antirracista”. Pretende-se, ao final, ampliar o repertório crítico e simbólico sobre a responsabilidade da branquitude para uma possível rasura nos pactos que sustentam e atualizam os racismos no Brasil.

**Palavras-chave:** antirracismo; letramento racial crítico; racismo; branquitude.

### **Racial literacy: the emergence of a formulation**

**Abstract:** From a gesture that investigates the contours and meanings that anti-racism acquires in the contemporary world and problematizes the performance of white subjects on this field, the article explores the definitions and speculations about a “critical and anti-racist racial literacy”. It is intended, in the end, to expand the critical and symbolic repertoire on the responsibility of whiteness for a possible erasure in the pacts that sustain and update racism in Brazil.

**Key words:** anti-racism; critical racial literacy; racism; whiteness.



\* **BÁRBARA DANIELLE MORAIS VIEIRA** é Mestre em Literatura, cultura e contemporaneidade pela PUC-Rio, bacharel em Ciências Sociais pela UFF e formada em montagem audiovisual pela Escola de Cinema Darcy Ribeiro. Esse artigo é fruto da pesquisa desenvolvida durante o mestrado, que foi possível graças financiamento do CNPq e CAPES, onde fui orientada por Eneida Leal Cunha, a quem agradeço a supervisão.

### **Sobre os usos e sentidos parciais e provisórios do antirracismo**

Um dos requisitos para a eficácia da ideologia racista é que a desigualdade de poder se apresente como algo normal e naturalizado em uma determinada sociedade. Tal ideologia teve forte lastro no Brasil e se intensificou aqui a partir do racismo científico e da eugenia (STEPAN, 2004), das políticas de branqueamento no pós-abolição e, nas primeiras décadas do século XX com as políticas de aperfeiçoamento da “raça brasileira” através do projeto eugênico e cultural da valorização da mestiçagem.

O racismo é um fenômeno e uma tecnologia de poder que é estrutural e sistêmica, sem a qual o capitalismo não se sustentaria, e que se reproduz de maneira complexa (MBEMBE, 2014). Ao falarmos de racismo, não se trata de analisar isoladamente um ato voluntário individual racista. Não estamos falando de intencionalidade nem de uma morte violenta ou um evento específico em particular, mas de uma tecnologia de morte (MBEMBE, 2018), de subalternização e dependência que se dá ao nível da política, da economia, dos processos de subjetivação, das narrativas, da história, dos algoritmos de busca virtual (SILVA, 2020) e de costumes enraizados em diversas camadas da vida em sociedade, como vêm destacando Achille Mbembe (2014, 2018), Denise Ferreira da Silva (2019) e Maria Aparecida Silva Bento (2002).

Em uma sociedade conservadora e racista como a brasileira, que por um lado promove uma guerra racial contra negras(os), indígenas e pessoas empobrecidas e por outro garante privilégios simbólicos, materiais, jurídico-institucionais e imaginários para as pessoas brancas, quais significados e práticas podem adquirir a luta antirracista?

Esta é uma pergunta que demanda múltiplas vozes para ser respondida porque o antirracismo é pensado de maneira plural e diversa. Aqui me interessa apontar a partir do que tenho pesquisado, quais são os possíveis contornos no momento de agora do que pode significar “ser antirracista”, com as aspas e provisoriiedades de sentidos em disputa.

Em 2020 durante crise sanitária em escala global causada pelo corona vírus SARS-Cov-2, que causa a doença conhecida como COVID-19, e dos protestos antirracistas detonados pelo assassinato de George Floyd nos Estados Unidos da América, a questão racial e a luta antirracista ganharam maior visibilidade pública e nos meios de comunicação no Brasil. Nessas circunstâncias, o debate sobre antirracismo, diante dos muitos genocídios em curso há mais de quinhentos anos, emerge e intensifica o questionamento sobre como pessoas brancas podem e devem atuar na luta contra o racismo e a desigualdade racial. E quando me refiro à emergência do antirracismo, uso emergência no sentido evocado por Eneida Cunha a partir da leitura que Michel Foucault faz de Friedrich Nietzsche, como:

A emergência é sempre um lugar de enfrentamento e de afrontamento, de embate entre forças dominantes e forças dominadas, e, portanto, não pode ser compreendida como o ponto inaugural de alguma coisa nem como uma continuidade, mas como efeito de deslocamentos, reposicionamentos ou inversões (CUNHA, 2009, p. 2).

A emergência do antirracismo se dá nesse sentido não como algo que começa agora ou que não existia antes, mas como uma irrupção contra resistências conservadoras, consolidadas e violentas. Entretanto, ao ler diferentes textos e reportagens que pudessem me ajudar a

escrever sobre antirracismo, percebi uma certa ausência de definição do que seria o antirracismo, pois mesmo sendo trabalhada como uma palavra de ordem, talvez não seja uma categoria analítica ou descritiva consolidada. Podemos ler o antirracismo enquanto uma formulação autoexplicativa, ainda que as demandas de posicionamento ou ação sistemática antirracista não sejam tão evidentes assim. Portanto, perguntar em um exercício analítico sobre o que se compreende quando trazemos o antirracismo para a conversa, é um exercício para averiguar quais sentidos (sempre moventes e em disputa) estão sendo evocados.

Mas o que pode significar ser antirracista? Aqui partimos da premissa de que assim como os racismos, os antirracismos também têm se tornado um significante que flutua. Stuart Hall no texto *Raça, o significante flutuante*, ao compreender a efetividade de raça como aparato discursivo e enquanto linguagem, nos estimula a realizar uma aventura crítica na análise sobre raça a partir de um saber sem garantias. De um saber que não se compreende enquanto verdade, mas em versões porque não se trata de algo essencial, mas relacional. Hall (2015, p. 2) argumenta:

As pessoas são meio esquisitas, algumas marrons, outras bastante pretas, algumas até, com esta luz, repugnantemente rosadas. Mas não há nada de errado com suas aparências. Mesmo assim, quero defender que raça funciona como uma linguagem. E os significantes se referem a sistemas e conceitos da classificação de uma cultura, a suas práticas de produção de sentido. E essas coisas ganham sentido não por causa do que contém em suas essências, mas por causa das relações mutáveis de diferença que estabelecem com outros conceitos e ideias num campo de significação.

Esse sentido, por ser relacional e não essencial, nunca pode ser fixado definitivamente, mas está sujeito a um processo constante de redefinição e apropriação. Está sujeito a um processo de perda de velhos sentidos, apropriação, acúmulo e contração de novos sentidos; a um processo infundável de constante ressignificação, no propósito de sinalizar coisas diferentes em diferentes culturas, formações históricas e momentos.

Assim, creio que pode ser produtivo partirmos da formulação que o antirracismo também pode ser analisado enquanto um aparato discursivo contra-hegemônico, que se insurge contra a linguagem e o aparato ideológico e discursivo que alimenta e atualiza as práticas racistas de hierarquização e diferença. Como um significante que ao ser chamado à cena atualmente adquire diferentes contornos, cujo sentido político está em deslocamento, atualização e em disputa. Para compreender as demandas e ações antirracistas em determinada sociedade é necessário levar em consideração a especificidade do racismo prevalente, ou seja, do contexto, da cultura e do momento histórico, assim como o que pode ser realizado enquanto pessoa física, pessoa jurídica ou política pública.

A compreensão da luta antirracista abarca um amplo espectro de práticas implicadas, que vão desde a luta contra discriminação e preconceito racial e a busca por implementação de igualdade racial na sociedade, como também se referem ao debate sobre desigualdade e concentração de poder. Mas ao mesmo tempo não estamos nos referindo a um movimento político centralizado, uniforme, coeso ou homogêneo. De tal maneira, o antirracismo é melhor caracterizado a partir de um conjunto de comportamentos, em escala individual ou

coletiva, que envolve, no nosso caso, práticas, atitudes e perspectivas de enfrentamento ao racismo anti-negro e anti-indígena no Brasil e que, por outro lado, passa pela desconstrução da branquitude como um lugar de privilégio e vantagem estrutural. O que em termos de políticas públicas se constituem a partir da eleição de um conjunto projetos, posturas, revisões e negociações – atreladas ao lugar de fala de quem se propõe a falar ou a ouvir – que visam dismantelar e criar fissuras no racismo estrutural, institucional ou cotidiano.

Nesse sentido, ao pensar os agentes sociais que pautam o antirracismo e são os protagonistas desta luta, é fundamental ressaltar a atuação do movimento negro brasileiro contemporâneo para o fortalecimento e configuração das agendas em curso (CARDOSO, 2008, p.50). Além do movimento negro também me parece importante ressaltar o papel dos feminismos negros e dos movimentos de mulheres na divulgação e ampliação das pautas e agendas da luta antirracista.

A partir da minha vivência como mulher cisgênero branca sudestina, o antirracismo pode ser compreendido como uma postura de responsabilização crítica, um convite a uma constante autocrítica. O fato de pensar, escrever com ou ler pensadoras(es) negras(os), deslocar meu campo de referências imagéticas, literárias e culturais, construir relações de trabalho e afetivas não-hierárquicas com pessoas negras, de cor ou não brancas, é e foi um importante processo para ampliar o meu repertório crítico e simbólico sobre os racismos no Brasil. Contudo, o antirracismo é uma agenda e uma prática política cotidiana, o que demanda de pessoas brancas que desejam estar em uma posição de aliadas na luta antirracista uma constante atenção, abertura e revisão de algumas

“certezas” a partir de um lugar de escuta ativo.

Nesse sentido, quando nós brancas(os) ouvimos declarações de que “toda pessoa branca é racista” é importante compreender como que toda pessoa branca, pelos privilégios à que tem acesso, é educada e socializada para produzir e reproduzir o racismo, voluntaria ou involuntariamente. O lugar atual da branquitude está associado à uma série de privilégios decorrentes da usurpação dos direitos de pessoas não brancas. Por exemplo, dentre alguns privilégios estão o poder de nomear sem ser nomeado, de ver-se representado hegemonicamente como único paradigma de ideal estético, de ser reconhecido como plenamente humano, diverso e contraditório ou quando alguém branco erra ou comete crimes, sem precisar responder em nome do grupo de pertença racial, ou seja, como atributo ou comportamento típico “branco”.

Concordo com a antropóloga branca estadunidense Ruth Frankenberg quando reflete, a partir de sua própria trajetória, sobre a transição da inconsciência para a consciência da branquitude e o despertar para o antirracismo:

Mas meu despertar nunca é completo. Embora a transformação inicial tenha tido as proporções de um grande terremoto, há sempre espaço para outro tremor subsequente ao abalo principal, há sempre necessidade de um novo despertar. O antirracismo branco talvez seja uma postura que requer vigilância pela vida afora. (FRANKENBERG, 2004, p. 314)

Talvez seja mais desafiador pensar que para sujeitos racializados como brancos, o antirracismo mais do que um fim redentor, um lugar utópico e distante a se chegar, seja um caminho instável, uma estrada a ser constantemente aberta,

trilhada e reformulada em outros processos de subjetivação, rumo a uma efetiva igualdade racial.

### **Branca(s) na luta antirracista**

O racismo é um problema que diz respeito e envolve o grupo racialmente lido como branco. Assim, compreendemos que o antirracismo branco passa por formar alianças e responsabilizar-se a partir do lugar social da branquitude na categoria instável de aliada(o)<sup>1</sup>. Como afirma a educadora brasileira Denise Carreira:

... ser sujeito branco antirracista passa por se colocar disponível para reconhecer e se construir nessa interdependência; enfrentar o desconforto das conversas sobre o racismo e refletir criticamente como a branquitude se constrói em nossa história de vida, nas nossas relações, nas nossas práticas sociais, nas nossas instituições. Reconhecer que fomos educadas e educados para não nos reconhecermos como pessoas brancas, mas como seres humanos que representam a universalidade humana descorporificada, o padrão, a norma como lugar de poder. (CARREIRA, 2018, p. 134)

Essas questões que Carreira aponta são muito relevantes para pensarmos como o antirracismo branco pode se efetivar em práticas cotidianas e rupturas nas blindagens cognitivas. Para pessoas brancas participar da luta antirracista muitas vezes pode significar sobretudo desaprender modos de pensar, agir, falar, sentir, desejar, se perceber a si mesma de maneira racializada e também de perceber “o Outro”. É um processo complexo que passa por questionar o lugar de poder e vantagem estrutural que

a branquitude ocupa na produção e manutenção e atualização do racismo.

É importante que nós, pessoas brancas que desejam se deslocar e adotar compromissos e práticas antirracistas, que saibamos que o antirracismo brasileiro foi e é uma pauta historicamente desenvolvida pelos movimentos negros. Creio que no debate contemporâneo, não se trata de, enquanto pessoa branca, ajudar ou prestar solidariedade à luta antirracista, como se fosse uma luta exterior a nós ou distante, uma luta que fosse restrita às pessoas negras e indígenas. Se o racismo é o substrato da supremacia branca, dos privilégios brancos e do nosso superávit de oportunidades e portas abertas, nossa atuação deveria estar associada à uma postura e à um entendimento de responsabilização e reparação racial, pois a luta antirracista para nós pessoas brancas passa necessariamente por deslocar e desestabilizar a categoria da branquitude (hooks, 2019, p. 50).

Reconhecer e criar rupturas no racismo estrutural a partir do lugar de enunciação branco, a partir de uma política do pronunciamento, envolve refletir sobre as políticas de vozes e sobre poder. Colocar-se ou autoenunciar-se como branca(o) antirracista não nos exime dos benefícios do racismo, ainda que cotidianamente se criem rupturas e enfrentamentos a ele. Tornar-se uma pessoa branca antirracista ou falar em branquitude crítica é um desafio árduo, que se constitui como um processo político e histórico. Mas também é um caminho de justiça racial que possibilita encontros e aprendizagens que o racismo interdita.

<sup>1</sup> Uso a formulação de que a posição de aliadas(os) seja compreendida como uma categoria instável a partir da performance *A gente combinamos de não morrer*, de Cíntia Guedes e

Jota Mombaça, apresentada no Festival Internacional de Teatro Palco & Rua em Belo Horizonte no ano de 2018, como analisada por Victor Guimarães (2020).

### Dos sentidos do letramento racial crítico

Ao pensar as possibilidades de práticas e discursos antirracistas a partir do meu lugar racial no Brasil de mulher branca, me parece necessário analisar como a categoria de letramento racial tem sido evocada como um passo e um exercício relevante na construção das possibilidades de antirracismo por brancas(os). A partir das minhas pesquisas, letramento racial tem sido uma expressão utilizada em debates contemporâneos sobre racismo e branquitude no Brasil há relativamente pouco tempo. Ao ler textos do início da década de 2010 letramento racial era uma expressão rara de ser encontrada e atualmente seu uso tem se intensificado tanto no debate nas universidades como em redes sociais e plataformas políticas.

Articulo o letramento racial crítico por parte de sujeitos que se beneficiam da condição de privilégio da branquitude como um processo necessário ao reconhecimento da complexidade e capilaridade dos racismos e consequentemente, para a construção e exercício de práticas antirracistas.

A primeira vez que ouvi a expressão “letramento racial” foi ao ler a tese de doutorado de Lia Vainer Schucman (2012). Schucman, a partir do conceito de *Racial Literacy*, como formulado originalmente por France Winddance Twine (2004), apresenta e utiliza tal conceito para refletir sobre possíveis fissuras entre a brancura e a branquitude e formas de desconstruir o racismo por sujeitos brancos.

*Racial Literacy* em inglês significa literalmente “alfabetização racial”. Entretanto, concordo que a escolha da palavra letramento seja mais adequada que alfabetização pois este aprendizado está para além das habilidades de ler e

escrever. Em sua tese ela opta por escrever o conceito em sua forma original (*Racial Literacy*), traduzindo apenas seu significado.

A seguir analiso e dialogo com dois artigos sobre letramento racial crítico escritos por France Winddance Twine, quem sistematizou o uso do termo enquanto um conjunto de práticas individuais, pois os processos e conclusões a que a autora chega a partir das suas pesquisas de campo são embasadoras para o sentido de letramento racial que desenvolvo aqui. Em *A white side of black Britain: The concept of racial literacy* (2004) a partir das pesquisas de campo que realizou ao longo de sete anos com famílias inter-raciais brancas e negras, Twine emprega o termo *racial literacy* para se teorizar um projeto específico de antirracista branco. Tal projeto antirracista, que acontece no âmbito familiar e privado, se refere às práticas e estratégias adotadas por pais e mães brancos para educar seus filhos não-brancos sobre o racismo.

Esse artigo é relevante pois o desenvolvimento de determinadas habilidades sociais por parte dos pais e mães brancos, independente se o sujeito branco esteja ou não em um relacionamento inter-racial ou que tenha filhas(os) não brancas, provoca mudanças nos processos de subjetivação das pessoas brancas. As práticas e comportamentos se referem à 1) reconhecer o racismo e conversar sobre esse problema, 2) procurar socialmente sair de um isolamento branco e estabelecer relações com pessoas negras em condições de igualdade, isto é, estar em ambientes com interações sociais em que a pessoa branca não esteja na posição de dominante e a pessoa negra subordinada à ela e 3) deslocar a hegemonia visual-simbólico-afetiva brancocêntrica e ter contato cotidiano

com referências visuais e culturais que mostrem a diversidade e complexidade das culturas negras de maneira não estereotipada são elementos importantes para a formação de sujeitos brancos antirracistas.

Em relação ao meu próprio despertar para o racismo como uma jovem mulher branca, forjar um reconhecimento mais complexo do racismo, aprender um vocabulário para falar sobre racismo e branquitude com pessoas próximas, procurar frequentar ambientes de maioria negra e ter contato com a produção cultural de pessoas negras na literatura, artes visuais, cinema ou economia foi uma busca e um processo fundamental para o início de um processo de letramento racial pessoal. E além disso, com a especificidade do momento histórico e político no Brasil de 2021 e na universidade pública cada vez mais enegrecida em função das políticas de cotas, a questão e o conflito racial emerge, como assuntos centrais em muitos campos do conhecimento e da produção artística.

Em outro artigo, cujo título poderia ser *O hiato entre brancos e branquitude: intimidade inter-racial e letramento racial*<sup>2</sup>, France Twine e Amy Steinbugler (2006) desenvolvem, ampliam e sistematizam em detalhes o conceito de letramento racial. Através de dois projetos etnográficos extensos que envolveram 121 casais homo e heterossexuais inter-raciais do Reino Unido e do leste dos Estados Unidos, as autoras demonstram como pessoas brancas, através da intimidade em uma relação inter-racial, podem adquirir uma lente crítica analítica, designada como letramento racial.

A pergunta chave do artigo é “Como pessoas brancas em relacionamentos e

famílias inter-raciais aprendem a diferenciar entre a branquitude e a supremacia branca, compreendida esta como um projeto racial, uma ideologia, uma linha divisória e uma posição de vantagem estrutural?”. O artigo foca principalmente nos membros brancos das famílias inter-raciais entre negra(os) e brancas(os) que foram classificados - pelas autoras - como tendo alcançado letramento racial e que tentam arduamente distinguir os significados do racismo e da sua branquitude nas suas vidas privadas.

Sua definição é a seguinte:

Letramento racial é um conjunto de práticas. Pode ser melhor caracterizado como uma “prática de leitura”, *uma maneira de perceber e responder ao contexto racial e às estruturas raciais que os indivíduos encontram*. [...] Incluem o seguinte:

- 1) O reconhecimento do valor simbólico e material da Branquitude;
- 2) A definição de *racismo* como um problema social atual e não como um legado histórico;
- 3) O entendimento de que identidades raciais são *aprendidas* e são resultados de práticas sociais;
- 4) Possuir uma gramática racial e um vocabulário que facilitem a discussão sobre raça, racismo e antirracismo;
- 5) A capacidade de traduzir (interpretar) códigos raciais e práticas racializadas;
- 6) Analisar as maneiras pelas quais o racismo é mediado por desigualdades de classe, hierarquias de gênero e heteronormatividade.

<sup>2</sup> Tradução nossa. Artigo sem tradução no Brasil.

(TWINE; STEINBUGLER, 2006, p.344, grifos das autoras)<sup>3</sup>

A dimensão de letramento racial como uma prática que se desenvolve no dia a dia dessas famílias em uma escala microcultural é exemplificado por meio dos estudos de casos analisados. Os casos demonstram que o sujeito branco passa a perceber a si mesmo como uma pessoa racializada como branca e como a condição da branquitude lhe confere vantagens, mesmo comparadas a pessoas negras com mesmo nível econômico. Também aprendem a enxergar as variadas manifestações de racismo cotidiano que antes não viam, assim como percebem que branquitude pode ser algo positivo ou negativo (com ativos e passivos) dependendo do contexto geográfico e demográfico em que está e como isso se intersecciona com classe social, orientação sexual, idade, nível de instrução e origem.

Contudo, a percepção de que a pessoa branca tenha desenvolvido letramento racial não é a tônica da maioria das famílias inter-raciais e apesar de que o foco do artigo seja evidenciar as estratégias, percepções e deslocamento de brancas(os) que adquiriram letramento racial, há também a análise do caso de uma mulher que não desenvolveu letramento racial. O não desenvolvimento de letramento racial pode se manifestar nos seguintes padrões de comportamentos e reflexões, dentre eles: a inabilidade de analisar sua posição em uma estrutura social racializada, ou seja, perceber sua condição racial

enquanto branca(o) e os privilégios raciais decorrentes disso; a insistência na inocência racial; a adoção de uma perspectiva de cegueira racial (*color-blindness*), isto é, que não vê como a raça influencia e determina comportamentos; não educar seus filhos negros a se protegerem do racismo, visto como um problema estrutural; ser incapaz de mudar suas lentes e colocar sua posição racial no centro da análise, ao ser membro de uma família inter-racial; não refletir criticamente sobre sua própria racialização ou conseguir se localizar em uma estrutura racial mais ampla e não modificar comportamentos, estilo de vida e se manter agarrados em uma zona de conforto branca.

A partir desses dois artigos, compreendemos que são variados os fatores que podem contribuir ou não para que pessoas brancas em relações inter-raciais desenvolvam ou não letramento racial e mudem sua percepção sobre racismo e conseqüentemente, o modo como se colocam a partir de seu lugar de privilégio racial em sua vida pública e privada. São muitos os “pontos de virada” que fazem com que pessoas brancas mudem sua forma de ver o mundo racializadamente e criem fissuras e rasuras nos pactos narcísicos da branquitude (BENTO, 2002) ou que se mantenham em uma zona de conforto branca. Nesse sentido, desenvolver letramento racial no sentido trabalhado por Twine e Steinbugler significa adquirir letramento racial *crítico e antirracista*. Parece-me necessário

<sup>3</sup> No original em inglês: “*Racial literacy* is a set of practices. It can best be characterized as a “reading practice” - a way of perceiving and responding to the racial climate and racial structures individuals encounter. [...] include the following: 1) a recognition of the symbolic and material value of Whiteness; 2) the definition of *racism* as a current social problem rather than a historical legacy; 3) an understanding that racial

identities are learned and an outcome of social practices; 4) the possession of racial grammar and a vocabulary that facilitates a discussion of race, racism, and antiracism; 5) the ability to translate (interpret) racial codes and racialized practices; and 6) an analysis of the ways that racism is mediated by class inequalities, gender hierarchies, and heteronormativity.” Livre tradução nossa.

acrescentar mais duas palavras, explicitando o projeto a que se liga tal letramento racial. Quando uma pessoa branca reproduz o racismo e não percebe seu lugar racial, significa que ela possui um tipo de letramento racial, mas em termos racistas. Afirmar que alguém não possui letramento racial por si só, como se letramento racial se referisse necessariamente à práticas antirracistas, pode corroborar para a concepção de que o racismo, tal como o conhecemos, não seja também um habilidoso e perverso projeto de letramento em sua dimensão prática e discursiva.

Essa diferenciação me pareceu necessária sobretudo depois de assistir online à masterclass ministrada por Júlio Tavares intitulada *Letramento racial no campo audiovisual*. Nessa palestra Tavares ao discorrer sobre letramento racial a partir de uma abordagem anticolonialista em diálogo com Frantz Fanon, realiza a distinção entre um projeto de *letramento racial libertador* de um *letramento racial restaurador e colonial*. Ao ampliar a compreensão de letramento enquanto uma prática pedagógica que pode servir a diferentes propósitos, Tavares afirma:

O letramento ele vai operar sempre, ele é a forma de alfabetizar, a forma de tornar possível em uma linguagem pedagógica o processo seja de libertação ou um processo de dominação. [...] Nós temos que interromper as blindagens cognitivas que foram promovidas pelo letramento colonial e promover este letramento racial libertário, emancipador, descolonizar. (TAVARES, 2020)<sup>4</sup>

A manutenção do racismo demanda a atualização dos projetos de letramento racial que naturalizam e normalizam a supremacia, o paradigma de

superioridade e a hegemonia branca em sua dimensão política, cultural, estética, simbólica e geográfica. Quando pessoas brancas cometem atos racistas na presunção de impunidade ou quando o Estado legitima e incentiva o genocídio de pessoas negras e indígenas, significa que essas pessoas e as instituições são letradas racialmente em uma gramática racista. Quando a polícia militarizada mata pessoas negras significa que essa instituição é muito bem letrada racialmente, mas em um paradigma racista. O que significa compreender os discursos racistas vigentes também como projetos de letramento raciais em curso e que são atualizados cotidianamente.

Desenvolver letramento racial antirracista é um processo individual, mas que só é possível em relação. Entretanto, letrar-se racialmente não é um caminho pronto, pavimentado, bem sinalizado e com um destino seguro. É um caminho que demanda imaginação política, escuta ativa, observação e comprometimento para entender de que ponto se parte e onde se está. Se pensamos que o objetivo da luta antirracista é abolição da raça como uma categoria que hierarquize grupos humanos, provavelmente minha geração não chegará nesse destino. Em sendo lida(o) como branca(o) pela sociedade e racializada(o) como tal, desenvolver letramento racial é uma ferramenta importante na luta antirracista e que demanda um constante revisão, deslocamentos, conflitos e desconfortos. Reconhecer como que a maioria das pessoas brancas são educadas para produzirem e reproduzirem o racismo é um passo importante, que muda a maneira como olhamos o mundo e percebemos o nosso lugar racial. Entretanto, não é suficiente. Desenvolver

gravado. Importante ressaltar que a fala transcrita decorre da oralidade em uma relação virtual.

<sup>4</sup> O trecho transcrito aconteceu aproximadamente em 1h39min do vídeo

letramento racial é um processo que nunca termina. Talvez não haja um suficiente. Nós brancas(os) talvez nunca estaremos suficientemente letrados para não reproduzir o racismo em algum momento, em alguma esfera. Não há cartilha ou manual que possa dar conta disso, mas é a partir do paradoxo e das contradições que talvez seja necessário comprometer-se cotidianamente com uma outra forma de estar no mundo.

Se a branquitude representa um lugar hegemônico de privilégio e vantagem em um contexto de violência e desigualdade de poder, o desenvolvimento do letramento racial antirracista para sujeitos racializados como brancos apresenta ferramentas práticas e teórico-analíticas que podem ser necessárias na tentativa de forjar outros processos de subjetivação para esse grupo. O lugar de pertencimento ao grupo opressor é um ponto de conflito, desconforto e autocrítica que brancas(os) antirracistas precisam rever e negociar. Como afirma Lourenço Cardoso ao salientar os conflitos do branco antirracista:

[...] a branquitude crítica segue mais um passo em direção à reconstrução de sua identidade cultural com vistas à abolição do seu traço racista. A primeira tarefa talvez seja uma dedicação individual cotidiana e, depois, a insistência da crítica e autocrítica quanto aos privilégios do próprio grupo. (CARDOSO, 2008, p. 177)

Nesse sentido, o letramento racial antirracista nos oferece ferramentas para um exercício crítico e autorreflexivo sobre o lugar racial. Desenvolver letramento racial no sentido de transformação de práticas cotidianas e estruturais do grupo racial branco em uma perspectiva antirracista varia de acordo com o contexto social e o tempo histórico. Os desafios e as arapucas para que pessoas racializadas como brancas

mudem ou arraiguem suas práticas no Brasil têm contornos com algumas semelhanças em relação às pesquisas conduzidas nos EUA e Reino Unido, mas também enfrenta outros desafios culturais, ficcionais e sociais. O desenvolvimento de letramento racial antirracista daqui do Brasil demanda léxico e sotaques próprios, pois os fiéis escudeiros da branquitude são outros, sejam a mestiçagem (SOVIK, 2009, p. 15), a meritocracia, o isolamento e segregação racial e outros que ainda não tem nome, mas cumprem funções parecidas. Letramento racial antirracista é um tema que ainda demanda muita pesquisa empírica de campo, assim como no âmbito da crítica cultural, para que possamos compreender localmente e no tempo presente os significados mutantes das dinâmicas de resistência ou deslocamento em relação à presunção/negociação/revogação da “dominância branca” (RANKINE, 2020).

Compreender a complexidade desse ponto me parece importante, pois na minha vivência é muito comum ouvirmos pessoas brancas progressistas dizerem frases do tipo: “Eu não posso falar de racismo porque esse não é meu lugar de fala”. Como se o racismo apenas existisse em sua dimensão de violência, morte, extermínio, desigualdade referentes a pessoas negras e indígenas. Como se que o lucro, o capital acumulado e o privilégio racial à que pessoas brancas têm acesso não fosse decorrente dessa mesma hierarquização de pessoas negras, indígenas ou de outros grupos subalternizados pelo racismo. Se há exploração de um lado, há lucro do outro. Só existe privilégio branco porque há desprivilégio para não brancos. Ou seja, política e historicamente o racismo é e tem sido um lugar de fala que pessoas brancas ocupam na posição de beneficiários e “ser um/a branco/a antirracista incide sobre a criticidade dos

sujeitos em relação a sua posição racialmente privilegiada e a propensão à desconstrução, à destruição objetiva desse lugar.” (LOPES, 2016, p. 232).

Entretanto, no momento em que nós, pessoas brancas, que nos despertamos há relativamente pouco tempo para o racismo e estamos começando um processo de letramento racial crítico, é importante termos em vista que também precisamos nos responsabilizar pelo nosso próprio letramento. Com isso quero dizer que ao buscarmos acessar outros referenciais epistêmicos e desenvolvermos um repertório intelectual e cultural antirracista, é preciso em paralelo desenvolver cuidado, atenção e escuta para não criar ou reproduzir uma expectativa branca de que pessoas negras ou indígenas estarão dispostas, com tempo e desejo para nos educar ou letrar racialmente.

Ser consciente do racismo, reconhecer os privilégios sua própria e relacional branquitude, ser politicamente correto não evitam que o racismo permaneça e se reproduza, mas talvez seja um primeiro pequeno passo. Pois como disse Claudia Rankine, ao referir-se ao seu companheiro, que é um homem branco ciente dos privilégios a que tem acesso nos EUA por ser branco e possuidor de um vocabulário que inclui o reconhecimento dos “privilégios brancos”, da “fragilidade branca”, da “inocência branca”: “Não importa que essa capacidade de se deslocar do padrão da dominância do homem branco seja o privilégio. Não é possível escapar do reino, do poder e da glória.” (RANKINE, 2020).

As práticas de letramento racial crítico para nós, brancas(as) demandam e estimulam reprogramações mentais coletivas, que envolvem mudanças de comportamentos racistas naturalizadas, assim como sair da zona de conforto e

solidariedade branca, que é bastante extensa em sua territorialidade. São processos contínuos e envolvem modos de subjetivação complexos, com nuances, tropeços, arapucas, assim como ressentimento a ser analisado, como podemos ver no discurso branco de extrema-direita atualmente.

Meu objetivo ao apresentar o conceito, as possíveis práticas e os enfrentamentos que um processo de letramento racial crítico demanda para pessoas brancas, é principalmente ampliar o vocabulário para que possamos reconhecer os significados múltiplos que decorrem do pertencimento a esse grupo racial (que é heterogêneo e distinto) e consistentemente realizar deslocamentos e fissuras na supremacia branca política, econômica e social.

A categoria de letramento racial crítico tem sido evocada enquanto uma estratégia para articular práxis antirracista no tempo presente. Mas é importante lembrar que a circulação e divulgação deste conceito não inaugura a luta antirracista ou uma nova práxis. Muito já se pensou, escreveu e lutou contra o racismo antes desta formulação. Letramento racial, nesse sentido, pode ser compreendido como um esforço de sistematização de práticas discursivas que se insurgem contra o racismo, tanto na sua dimensão epistêmica, como simbólica e letal.

#### Referências

BENTO, M. A. da S.; CARONE, I. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002, Disponível em <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/td-e-18062019-181514/pt-br.php> Acesso em 15.06.2020

CARDOSO, L. **O branco “invisível”: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957-2007).** [Dissertação de mestrado], Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2008

CARREIRA, D. O lugar dos sujeitos brancos na luta antirracista. **Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos**, n. 28, 2018, p. 134. Disponível em: <https://sur.conectas.org/o-lugar-dos-sujeitos-brancos-na-luta-antirracista/> - Acesso em 02.07.2020.

CUNHA, E. L. A emergência da cultura e da crítica cultural. **Cadernos de Estudos Culturais**, v. 1, 2009, p. 73-82.

FRANKENBERG, R. A miragem de uma branquitude não-marcada. In: WARE, V. (org.). **Branquitude: identidade branca e multiculturalismo.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

GUIMARÃES, V. O silêncio ruidoso de uma faca em riste. In: Horizonte da Cena. 20.09.2018. Disponível em <https://www.horizontedacena.com/o-silencio-ruidoso-de-uma-faca-em-riste/> - Acesso em 02.09.2020

HALL, S. Raça, o significante flutuante. Liv Sovik (tradução) em colaboração com Katia Santos. **Z Cultural, Revista do Programa Avançado de Cultura Contemporânea.** Ano VIII, 2, 2015, p. 2. Disponível em <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/raca-o-significante-flutuante%EF%80%AA/> - Acesso em 07.07.2020.

hooks, b. **Olhares negros: raça e representação.** Tradução de Stephanie Borges. São Paulo, 2019.

LOPES, J. S.; Rosane Aparecida Rubert, orientadora; Vera Regina Rodrigues da Silva, coorientadora. **Lugar de branca/o e a/o “branca/o fora do lugar”: representações sobre a branquitude e suas possibilidades de antirracismo entre negra/os e branca/os do/no Movimento Negro em Salvador-BA.** Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2016.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra.** Tradução Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2014

MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte.** Tradução Renata Santini. São Paulo, n-1 edições, 2018.

SCHUCMAN, L. V. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana.** Tese (Doutorado em Psicologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012, p. 14

SILVA, T. Visão Computacional e Racismo Algorítmico: Branquitude e Opacidade No Aprendizado De Máquina. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 12, n. 31, fev. 2020. ISSN 2177-2770. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/744> Acesso em: 04.09.2020

STEPAN, N. L. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HO- CHMAN, G.; ARMUS, D. (org.). **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

SOVIK, L. **Aqui ninguém é branco.** Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

TWINE, F. W. A white side of black Britain: The concept of racial literacy. **Ethnic and Racial Studies**, 27:6, 2004, pg. 878-907

TWINE, F. W.; STEINBUGLER, A. C. The Gap Between Whites and Whiteness: Interracial Intimacy and Racial Literacy. **Du Bois Review: Social Science Research on Race**, 3(2), 2006, p. 341-363.

TAVARES, J. Masterclass: Roteiro, com Prof. Dr. Julio Tavares – Cinema e Pensamento: Narrativas Negras. Facebook, Centro Afro Carioca de Cinema Zózimo Bubul. 17.07.2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=649246055675486> – Acesso em 27.07.2020

RANKINE, C. Eu queria saber o que os homens brancos pensavam de seu privilégio. Então perguntei. **Revista Serrote #33.** Disponível em: <https://www.revistaserrote.com.br/2020/06/eu-queria-saber-o-que-os-homens-brancos-pensavam-de-seu-privilegio-entao-perguntei-por-claudia-rankine/> - Acesso em 21.07.2020

Recebido em 2021-07-30  
Publicado em 2022-04-01